

Reunião de 26/09/2023

**Ponto #5: *Autorização para Contrato InterAdministrativo*
(*Declaração de Voto de abstenção*)**

“

O Partido CHEGA felicita a disponibilidade da Câmara Municipal de Lagos em dar resposta ao estado de degradação e abandono do Tribunal Judicial da Comarca de Lagos, realizando uma empreitada para o Ministério da Justiça. No entanto, ao requerer autorização a esta Assembleia Municipal para celebrar este contrato interadministrativo, a Câmara Municipal não forneceu qualquer informação sobre o projecto de execução. Este plenário desconhece qualquer peça escrita ou desenhada sobre o projecto e o Sr. Presidente da Câmara nem soube sequer esclarecer o plenário de qual seria a cor do edifício, fatos que revelam não só desconsideração por este órgão deliberativo como evidente desconhecimento pelo tema. Há também a questão algo contraditória sobre os custos e capacidades da Fiscalização e da Coordenação em obra a serem suportados pelo Município. E por fim, e mais importante, a questão da segurança financeira da operação, uma vez que o próprio Instituto responsável por reembolsar o município afirma que as diligências para este contrato presumiam que a obra estivesse concluída durante o ano de 2023 e apenas cerca de metade do valor a reembolsar poderá ser rescalonado para 2024. Ora, estamos a falar de mais de 200mil euros numa obra que não se conhece o projecto e que a Câmara, sabendo que não executará a obra até ao final deste ano, não consegue assegurar que não haverá riscos de problemas com a execução física e financeira da empreitada. Pelos alertas e motivos expostos, o Partido CHEGA vota abstenção.

“